

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SÃO PAULO GABINETE DO PROCURADOR-CHEFE

PORTARIA Nº 412, DE 17 DE MARÇO DE 2011.

Alterada pela Portaria PRSP nº 720, de 11 de junho de 2014.

Estabelece regras para a designação de servidores, visando auxiliar os Procuradores da República nos plantões de final de semana e final de ano.

Estabelece regras para a designação de servidores, visando auxiliar os Procuradores da República nos plantões judiciários e de final de ano. (Redação dada pela Portaria PRSP nº 720, de 11 de junho de 2014.)

A PROCURADORA CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO

ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições previstas no inciso II do artigo 50 da Lei

Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

Considerando a necessidade de se criar uma estrutura mínima para que os membros lotados na Procuradoria da República na Capital de São Paulo, atuem nos plantões de final de semana e final de ano:

A PROCURADORA-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições previstas no inciso II, artigo 50 da <u>Lei Complementar nº 75</u>, de 20 de maio de 1993,

CONSIDERANDO a necessidade de se criar uma estrutura mínima para que os membros lotados na Procuradoria da República na Capital de São Paulo, atuem nos plantões judiciários e de final de ano; (Redação dada pela Portaria PRSP nº 720, de 11 de junho de 2014.)

RESOLVE editar a seguinte Portaria:

Art. 1º – Os servidores com função de confiança, lotados em gabinete, permanecerão em regime de sobreaviso durante os plantões dos respectivos procuradores, devendo comparecer à repartição quando acionados, por telefone, pela chefia imediata.

- §1º Cada Gabinete deverá manter registro atualizado dos telefones celular e residencial dos servidores que permanecerão de sobreaviso durante os plantões.
- §2ª Na impossibilidade do servidor comparecer no plantão, esse deverá indicar, com antecedência razoável, o nome de outro servidor substituto que ficará à disposição do procurador plantonista.
- §3º Caso não haja servidores lotados, em definitivo, no gabinete do procurador plantonista, esse deverá acionar a COJUR, que indicará um servidor para auxiliá-lo durante o plantão.
- §3º Caso não haja servidores lotados, em definitivo, no gabinete do Procurador plantonista, este deverá acionar a Coordenadoria Jurídica e de Documentação, que indicará um servidor para auxiliá-lo durante o plantão. (Redação dada pela Portaria PRSP nº 720, de 11 de junho de 2014.)
- Art. 2º Nos casos excepcionais, devidamente justificados e comprovados, em que o servidor não puder indicar outro servidor para comparecer em seu lugar no plantão, caberá à COJUR auxiliar na referida substituição.
- Art.3° Entendendo necessário, o procurador plantonista deverá dirigir requerimento a(o) Procurador(a) Chefe, para que providencie, junto ao Secretário-Geral, nos termos do art.1° da Portaria n°385/2010, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, autorização para o uso de veículo oficial, para o transporte dos processos distribuídos, exclusivamente, durante o plantão.
- §1º O setor de transporte deverá organizar a escala de plantão a ser observada para atender os casos excepcionais mencionados neste artigo, disponibilizando, antecipadamente, para cada procurador plantonista, o telefone de contato do respectivo motorista que o auxiliará no dia do seu plantão.
- §2ª A escala dos técnicos de transporte será elaborada de modo que, à cada semana, haja um servidor à disposição para atender à eventual convocação, não podendo o mesmo servidor ficar disponível em plantões subsequentes, ainda que não tenha sido configurada a hipótese do caput, ou não tenha sido acionado pelo procurador plantonista.
- Art.4º A comunicação entre a Justiça Federal e o procurador plantonista será feita mediante celular próprio para o plantão, cujo número deverá ficar à disposição da Justiça Federal.

Ministério Público Federal

Art. 5° O período efetivamente trabalhado pelo servidor durante o plantão será computado em banco de horas.

Art. 5° – Nos finais de semana, feriados e dias do recesso de final de ano, o período efetivamente trabalhado pelo servidor durante o plantão será computado em banco de horas. (Redação dada pela Portaria PRSP nº 720, de 11 de junho de 2014.)

Art. 6° – Esta portaria entra em vigor nesta data.

ADRIANA SCORDAMAGLIA FERNANDES

Este texto não substitui o publicado no <u>BSMPF</u>, <u>Brasília</u>, <u>DF</u>, <u>p. 278</u>, <u>1. quinzena abr. 2011</u>.